



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
PLANO DE ENSINO

I - IDENTIFICAÇÃO	
Curso:	Bacharelado em Direito
Disciplina:	Direito Administrativo II

Ano Letivo:	2016
Semestre:	2º
Turno:	Manhã
Carga Horária:	60 h
Nome do Professor:	Me. José Gemaque

II - EMENTA
Restrições à propriedade privada. Terceiro Setor. Agentes e servidores públicos. Responsabilidade e Bens públicos. Controle da Administração Pública.

III - OBJETIVOS DA DISCIPLINA
Promover a compreensão do Direito Administrativo. Entender as restrições à propriedade privada, o controle da Administração Pública a capacidade de análise das bases teóricas desenvolvidas em Direito Administrativo II, objetivando, a função administrativa e os institutos próprios do da Administração pública. Proporcionando ao aluno uma visão real de como a Administração Pública age; como interfere na sociedade em prol de seus interesses, determinado a suprir suas necessidades essenciais. Deste modo desenvolver ao acadêmico uma visão jurídica e sólida do estudo administrativo do Estado.

IV - METODOLOGIA DE ENSINO
Aula Expositiva, com discussão de textos de doutrina e de jurisprudência. Dinâmicas de grupo: debates, seminários, análises textuais. Elaboração de trabalhos dentro de sala, com apresentação oral e escrita. Realização de prova com questões objetivas e subjetivas sem consulta à doutrina, podendo ser utilizada também prova oral. O material de apoio para acompanhamento da matéria será; o datashow, apostilas, exercícios, artigos científicos, filmes, todos utilizados com intuito de facilitar a compreensão da disciplina.

V - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I - RESTRIÇÕES À PROPRIEDADE PRIVADA

- 1.1 - Introdução
- 1.2 - Modalidades
 - 1.2.1- Limitações Administrativas
 - 1.2.1- Ocupação Temporária
 - 1.2.3 - Tombamento
 - 1.2.4 - Requisição e Servidão Administrativa
 - 1.2.5 - Desapropriação
- 1.3 - Desapropriação
 - 1.3.1- Introdução
 - 1.3.2- Conceito
 - 1.3.4 - Competência para Legislar
 - 1.3.5 - Base Legal

- 1.3.6 – Forma Originária de Aquisição de Propriedade
- 1.3.7 – Fundamentos da Desapropriação:
 - 1.3.7.1 – Necessidade Pública;
 - 1.3.7.2 – Utilidade Pública;
 - 1.3.7.3 – Interesse Social;
- 1.4 – Objeto da Desapropriação.
- 1.5 – Espécies de Desapropriação:
 - 1.5.1- Desapropriação para reforma Agrária (art.184 da CF);
 - 1.5.2- Desapropriação para Política Urbana (art.182, § 4º, III, da CF);
 - 1.5.3- Desapropriação de Bens Públicos;
 - 1.5.4- Desapropriação Indireta;
 - 1.5.5- Desapropriação por Zona;
 - 1.5.6- Desapropriação Ordinária;
 - 1.5.7- Desapropriação Confiscatória;
- 1.6 – Fases da Desapropriação
- 1.7 – Retrocessão (Art. 519 do CC)
- 1.8 – Desistência da Desapropriação;
- 1.9 – Direito de Extensão.

UNIDADE II – AGENTES E SERVIDORES PÚBLICOS

- 2.1 – Agentes Públicos:
 - 2.1.1 – Agentes Políticos;
 - 2.1.2 – Ocupantes de Cargos em Comissão;
 - 2.1.3 – Contratados Temporários;
 - 2.1.4 – Agentes Militares;
 - 2.1.5 – Servidores Públicos Estatutários;
 - 2.1.6 – Empregados Públicos;
 - 2.1.7 – Agentes Honoríficos;
- 2.2 – Acumulação de Cargos, Empregos e Funções Públicas
- 2.3 – Concurso Público;
 - 2.3.1 – Reserva de Vagas para Portadores de Deficiência.

UNIDADE III – REGIME ESTATUTÁRIO FEDERAL (LEI 8.112/90)

- 3.1 – Noções de Cargo Público e Provedimento.
- 3.2 – Formas de Provedimento:
 - 3.2.1 – Nomeação;
 - 3.2.2 – Promoção;
 - 3.2.3 – Readaptação;
 - 3.2.4 – Reversão;
 - 3.2.5 – Aproveitamento;
 - 3.2.6 – Reintegração;
 - 3.2.7 – Recondição;
- 3.3 – Posse.
- 3.4 – Exercício.
- 3.5 – Estágio Probatório.
 - 3.5.1 – Avaliação do Estágio.
 - 3.5.2 – Estabilidade.
- 3.6 – Exoneração, Demissão e Aposentadoria.
- 3.7 – Vacância
- 3.8 – Remoção
- 3.9 – Redistribuição
- 3.10 – Direitos e Vantagens do Servidor
 - 3.10.1 – Vencimento e Remuneração;
 - 3.10.2 – Indenizações;
 - 3.10.3 – Retribuições, Gratificações e Adicionais;
 - 3.10.4 – Férias;
 - 3.10.5 – Licenças;
- 3.11 – Afastamentos e Concessões



- 3.12 - Direito de Greve;
- 3.13 - Tetos Remuneratórios;
- 3.14 - Regime Disciplinar:
 - 3.14.1 - Deveres e Proibições
 - 3.14.2 - Noções do processo Disciplinar;

UNIDADE IV - BENS PÚBLICOS

- 4.1 - Conceito
- 4.2 - Conceito no Código Civil
- 4.3 - Domínio Público.
- 4.4 - *Res Nullius*
- 4.5 - Bens Públicos da União
- 4.6 - Bens Públicos dos Estados
- 4.7 - Bens Públicos do Distrito Federal
- 4.8 - Bens Públicos dos Municípios
- 4.9 - Bens Públicos dos Territórios Federais.
- 4.10 - Bens Públicos da Administração Indireta.
- 4.11 - Classificação dos Tipos de Bens Públicos
 - 4.11.1 - Quanto à titularidade;
 - 4.11.2 - Quanto à disponibilidade;
 - 4.11.3 - Quanto à destinação;
 - 4.11.3.1 - Bens de Uso comum do povo;
 - 4.11.3.2 - Bens de Uso Especial;
 - 4.11.3.3 - Bens Dominicais;
- 4.12 - Atributos;
- 4.13 - Afetação e Desafetação.
- 4.14 - Formas de Uso dos Bens Públicos;

UNIDADE V - CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO

- 5.1 - Conceito;
- 5.2 - Objetivos;
- 5.3 - Classificação
- 5.4 - Controle Administrativo:
 - 5.4.1 - Quanto aos Recursos Hierárquicos;
 - 5.4.1.1 - Próprio;
 - 5.4.1.2 - Impróprio;
- 5.5 - Controle Legislativo;
 - 5.5.1 - Tribunais de Contas;
- 5.6 - Controle Judicial;
- 5.7 - Prescrição.
- 5.8 - Coisa Julgada Administrativa.

UNIDADE VI - RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO

- 6.1 - Noções Preliminares
- 6.2 - Teorias
- 6.3 - Responsabilidade Estatal.
- 6.4 - Exclusão da Responsabilidade.
- 6.5 - Responsabilidade por Ato Legislativo.
- 6.6 - Responsabilidade por Atos Jurisdicionais.
- 6.7 - Reparação do Dano
 - 6.7.1 - Prescrição.
 - 6.7.2 - Da Ação Regressiva.
- 6.8 - Responsabilidade por Atos Ilícitos.

VI - AVALIAÇÃO

O que se pretende com a avaliação é que o aluno gradativamente adquira conhecimentos, atitudes e habilidades necessárias para a formação do profissional -



cidadão competente. Para tanto, serão utilizados diferentes instrumentos avaliativos, sem, no entanto, deixar de atender aos parâmetros instituídos pela UNIFAP. Apresentando-se das seguintes formas:

- Frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento);
- Provas escritas individuais e trabalhos individuais, seminários e debates;

Observação: ao final da verificação do processo de aprendizagem, o aluno deverá obter nota igual ou superior a 5 (cinco pontos).

VII – BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALEXANDRINO, Marcelo, PAULO, Vicente. Direito Administrativo Descomplicado. rev. 22ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 27ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

CUNHA, Dirley, Curso de Direito Administrativo. 7ª. Ed. Salvador: Juspodivm, 2009.

DI Pietro, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 27ª Ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MARINELA, Fernanda. Direito Administrativo. 8º Ed.rev.ampl.atual. Rio de Janeiro: IMPETUS, 2014

GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. 17ª. Ed. São Paulo: Saraiva 2012.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 39ª. Ed.São Paulo: Malheiros, 2013.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo, 30ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

VIII – BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BULOS, Uadi Lammêngo. Constituição Federal anotada. 10ª edição, editora Saraiva, São Paulo, 2012.

FERREIRA, Pinto. Curso de direito constitucional. 7ª edição. Editora Saraiva, São Paulo, 1995.

GRAU, Eros Roberto. Licitação e contrato administrativo. São Paulo: Malheiros, 1995.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 15ª edição. Editora Saraiva, São Paulo, 2011.

MENDES, Gilmar Ferreira. BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional, 8ª Ed.rev. e atual. Editora Saraiva. São Paulo, 2013.



MORAES, Alexandre, Direito Constitucional, 26ª Ed. Atlas, São Paulo, 2010.

NOVELINO. Marcelo. Manual de direito constitucional. 9ª edição revisada e atualizada.

Editora METODO. São Paulo, 2014.

SABBAG, Eduardo de Moraes. **Direito Tributário**. 7ª. Ed. São Paulo: Premier Máxima, 2005.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 36ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

	
Assinatura do(a) Professor(a)	Coordenador(a) do Curso

Coordenador(a) do Curso de Direito
Portaria 1278 12016 - UNIFAP